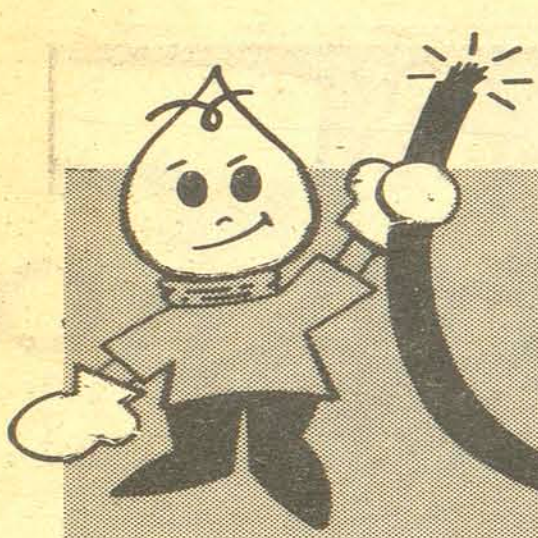




Sarney vai ficar. E o povo, como fica?

Constituintes adiam as eleições para Presidente e mostram que não têm compromisso com as reivindicações populares

Comícios, passeatas, plebiscitos como o de Fpolis, com 95% dos votos contra Sarney. Nenhuma destas manifestações populares foi suficiente para mostrar aos constituintes as aspirações do povo, que eles dizem representar. Eles ignoraram tudo e deram mais um ano de mandato para Sarney.

Todos sabem o que representa a continuidade deste governo: agora Sarney está "à vontade" para "promover o desenvolvimento econômico", ou seja, aprofundar o arrocho e a recessão, de acordo com a vontade do FMI.

REPRISE

A votação das diretas na Constituinte foi apenas uma reprise do que os Constituintes vêm fazendo com a vontade popular. Negaram as 40 horas semanais, a estabilidade no emprego, a reforma agrária, a nova estrutura sindical, etc...

Cabe lembrar que nenhuma das emendas populares (cada uma com a assinatura de pelo menos 30 mil eleitores) foi incluída na "nova" Constituição.

ILEGÍTIMA

Tudo isso é prova de que a "nova" Constituição não tem nada a ver com o que a população pensa e quer. A Constituição é um palco onde maus atores

Inimigos do povo

Estes Constituintes de Santa Catarina votaram pelos cinco anos para Sarney. Mostraram que não têm compromisso com os trabalhadores.

Alexandre Puzyna (PMDB), Eduardo Pinto Moreira (PMDB), Geovah Amarante (PMDB), Ivo Vanderlinde (PMDB), Renato Vianna (PMDB), Ruberval Pilotto (PDS), Orlando Pacheco (PFL) e Victor Fontana (PFL).
Eles merecem o repúdio de toda a população.

representam uma comédia (escrita pelos latifundiários, banqueiros e grandes empresários) que se transforma em tragédia para os trabalhadores.

Por isso, o movimento sindical deve convocar todos os Constituintes comprometidos com as lutas populares a negar legitimidade à "nova" Carta. A proposta é que a Constituição **não seja assinada**, para que não se legitime esta grande articulação contra o povo e a favor dos monopólios.



Plenário não ouve a população

Produtividade 84:

Sentença foi publicada

Foi publicada no dia 27 de maio, no Diário da Justiça, a sentença dos recursos relativos ao Dissídio de 1984 da CELESC, onde o Tribunal Superior do Trabalho — TST — define que os empregados da Empresa deverão receber 4% a título de produtividade a partir de outubro daquele ano.

Até o momento a diretoria da CELESC negou-se a pagar este direito, alegando que precisaria da publicação da sentença. Agora, com o teor do documento já divulgado, resta ver qual será a postura da "Gestão Participativa". Através de carta, a direção da CELESC já manifestou sua intenção

de retardar ao máximo este pagamento, jogando no prejuízo da categoria.

Ontem (07 de junho) era o último prazo para que a CELESC entrasse na Justiça para tentar abrir nova tramitação ao processo e, com isso, ganhar tempo para evitar o pagamento dos 4%. Ontem mesmo, a Intersindical esteve reunida discutindo a questão e definindo encaminhamentos para a luta pelo pagamento da produtividade. A postura da CELESC e da Intersindical serão divulgadas na próxima edição, uma vez que esta foi fechada antes de serem conhecidos os resultados.

O déficit do governo e os salários no setor público

Idealizado pelos tecnocratas oficiais no período do regime militar, o filme "Os Salários Inflacionários" elegia o salário como o responsável direto pela elevação do custo de vida e, ainda, procurava difundir ideologicamente a "teoria do bolo", ou seja, a economia precisava crescer para que depois seus frutos fossem divididos com os trabalhadores.

Hoje verifica-se que a tecnocracia do governo procura reprisar o filme, adotando um novo título. Segundo essa avaliação, os salários são os responsáveis pelo déficit do setor público, fonte irradiadora da inflação, esquecendo-se que o país convive com um grande arrocho salarial e com o crescimento da inflação.

Nessa linha de raciocínio, o governo utilizou os salários dos funcionários públicos como tábua de salvação à inundação provocada pela crise da economia brasileira. O argumento dos técnicos do Ministério da Fazenda debruçou-se em cima de uma estimativa de que a despesa com pessoal poderia alcançar 108,4% de toda a receita disponível do orçamento público.

Para se chegar a esse valor, projetou-se uma inflação, em 1988, de 245,96%, uma receita do Tesouro com crescimento negativo de 4,3% e uma despesa com pessoal 63,5% superior à inflação, ou seja, com um aumento anual próximo de 559,0%.

No entanto, é difícil acreditar que a despesa com pessoal supere a inflação oficial, uma vez que o salário vem apresentando reajustes sempre inferiores ao aumento do custo de vida. Por outro lado, esperar que a receita disponível do governo diminua em 1988 representa aceitar a hipótese de que, com a atual política econômica, o país ingressará rapidamente na recessão ou, ainda, que aumentará as demais receitas vinculadas no orçamento da união. Dessa forma, é possível acreditar que as informações referentes à receita disponível estão subestimadas, enquanto as despesas com pessoal se apresentam superestimadas.

ERRO DE DIAGNÓSTICO

A opção dos técnicos do Ministério da Fazenda pelo corte dos salários dos trabalhadores do setor público, como política de enfrentamento do déficit do governo, caracteriza-se em um erro de diagnóstico sobre as finanças nacionais. Ao se estudar as contas do governo, verifica-se que o Estado está arrecadando cada vez menos recursos tributários do que gasta, e não ao contrário, como afirmam vários economistas.

Essa queda na receita tributária líquida, em relação à participação no PIB, foi provocada por várias isenções de tributos, incentivos e anistias fiscais concedidas a empresas privadas nacionais e internacionais. Assim, o setor privado conseguiu se ajustar rapidamente, a partir da desestruturação das finanças públicas, uma vez que o empresário obteve recursos do setor público, o que lhe permitiu maior autonomia em relação a empréstimos privados.

Esse "erro" de diagnóstico do governo e a **tentativa de reduzir o déficit público** via redução do gasto com pessoal deverão custar aos funcionários públicos federais, com a suspensão da URP por dois meses, um dos maiores arrochos salariais já ocorridos.

***Texto produzido pela Subseção dos Dieese dos Eletricitários-SC**

Plano de Carreira CELESC:

Enquadramento na fase final

A Comissão de Enquadramento do Plano de Carreira da CELESC está percorrendo o interior realizando a fase final do enquadramento para, então, passar à adaptação na tabela salarial do Plano.

A previsão é que o trabalho seja concluído ainda neste mês.

neó no art. 55, I da Constituição: segurança nacional. Entende-se que houve equívoco na interpretação da expressão "segurança nacional" pelo Decreto-lei 2.045/83 e, portanto, a Constituição não entendeu, a douta maioria, a expressão "segurança nacional" do fundamento constitucional. Deixando, porém, em parte, mas a maioria deu-lhe o movimento total, para considerar constitucionais os quatro decretos-leis, determinando que os reajustes sejam feitos de acordo com os referidos diplomas legais.

II - RECURSO DA CENTRAIS DE SANTA CATARINA S/A - CELESC - Preliminarmente a suscitada, ora recorrente, sustenta a constitucionalidade do Decreto-lei 2.065, de 26.10.83 - A matéria em tela, contra-se prejudicada, face à apreciação anterior do recurso da Procuradoria Regional.

CLÁUSULA PRIMEIRA (fls. 214) - CORREÇÃO Salarial - O Egrégio Regional instituiu a cláusula com a seguinte redação: "A correção dos salários dos empregados da suscitada incidirá sobre os salários vigentes em 30 de setembro de 1984 e será automática e semestral a partir de 19 de outubro de 1984, aplicando-se os critérios da Lei nº 6.708, de 30 de outubro de 1979. A concessão do reajuste terá sua aplicação sobre o salário-mínimo corrigido, isto é, 5/6 (cinco sextos) do INPC do reajuste previsto no semestre maio/novembro/84". - A data-base da categoria é 19 de outubro. O dissídio é de 1984. Quer a empresa que se aplique o Decreto-lei nº 2.065 ao caso dos autos, que entrou em vigor a 26 de outubro de 1983. Como se vê, a matéria encontra-se prejudicada, face ao que se decidiu em relação ao recurso da Procuradoria Regional.

CLÁUSULA SEGUNDA (fls. 214) - PRODUTIVIDADE - O Tribunal Regional, a título de produtividade concedeu a taxa de 4% a cláusula está de acordo com a jurisprudência da Casa. Nego provimento.

CLÁUSULA SÉTIMA (fls. 208) - CORREÇÃO DAS GRATIFICAÇÕES - A empresa fará a correção dos valores destas gratificações nos mesmos termos da correção dos salários. - Entende-se

Forum de Estatais instala coordenação

O Forum Catarinense de Trabalhadores em Estatais e Serviço Público foi formalizado no dia 2 de junho, em reunião de lideranças sindicais de várias categorias. Foi formada uma Coordenação Provisória formada pela CUT, Federação dos Servidores Públicos Federais, Federação dos Trabalhadores no Serviço Público Estadual, Sindicato dos Eletricitários de Fpolis, Sindicato dos Bancários de Fpolis e Sindicato dos Trabalhadores em Processamento de Dados. A CGT, embora não tenha comparecido a essa reunião, será convidada a participar dessa Coordenação.

Esta Coordenação terá como tarefa comunicar a formalização do Forum a outras entidades e engajá-las no processo. Além disso, deverá convocar e organizar uma Plenária do Forum, onde participarão quatro representantes por entidade, sendo que dois de base, preferencialmente indicados por assembléia.

PLANO DE LUTAS

A Plenária deverá definir um plano de lutas para os trabalhadores de estatais, bem como encaminhar mobilizações com base nas bandeiras deliberadas.

Salto Osório:

Uma lição de solidariedade

A ELETROSUL resolveu descontinuar dos salários dos empregados os dias parados dos que participaram da greve dos dias 3 e 4 de maio, ou melhor, "pagar somente para quem efetivamente trabalhou". O conteúdo arbitrário e repressivo da atitude não se discute...

Os empregados lotados em Salto Osório, no entanto, discutiram a definição da Empresa e decidiram,

por unanimidade, que a decisão foi injusta, pois os empregados que trabalharam estavam cumprindo decisão de assembléia, que resolveu garantir a confiabilidade do sistema.

Com base nisso, todos os que receberam os dois dias vão repassar os valores para uma instituição de caridade, retirando uma pequena parcela para uma confraternização entre os empregados.

Constituinte:

A Comunicação também dá um passo atrás

Proprietários de meios de comunicação unidos jamais serão vencidos. Com esta determinação, os donos de rádio e televisão brasileiros deram-se as mãos e foram para a Assembléia Nacional Constituinte construir um lobby em que não faltaram boicotes, pressões e ameaças aos parlamentares que encaminhassem ou votassem propostas para democratizar a Comunicação no país.

Mesmo apontando pequenos avanços, o projeto da Federação dos Jornalistas de criação do Conselho Nacional de Comunicação (representativo dos diversos segmentos que compõem a sociedade civil) por onde transitassem e fossem decididas as concessões e permissões para exploração de novos canais de rádio e tevê esbarrou na intransigência do presidente José Sarney, do ministro Antônio Carlos Magalhães e do "general civil" das Comunicações, empresário Roberto Marinho. Unidos aos donos de meios de comunicação já eleitos para a Constituinte, conseguiram ameaçar vários outros parlamentares com represálias (como exclusão sumária dos noticiários de rádio, tevê e jornais).

Conseguiram, afinal, o que queriam. A criação de um outro Conselho de Comunicação. Nos moldes em que foi constituído, não ajuda em nada a democratização do setor, mantém o monopólio e reforça a presença do Executivo na distribuição de canais de rádio e televisão.

Ao tempo do regime militar, somente no governo Figueiredo houve a concessão e permissão para funcionamento de mais de 700 canais de rádio e tevê. Nos três anos de Sarney, até agora foram distribuídos cerca de 650 canais. O critério geral, nos dois períodos, foi o do apadrinhamento político, o da troca de favores, o do benefício a amigos e pa-

rentes. Cada vez restam menos frequências à disposição. Até o final de seu governo, Sarney e Antônio Carlos Magalhães podem liquidar o que falta. A vez dos trabalhadores será cada vez menor, sua voz menos audível.

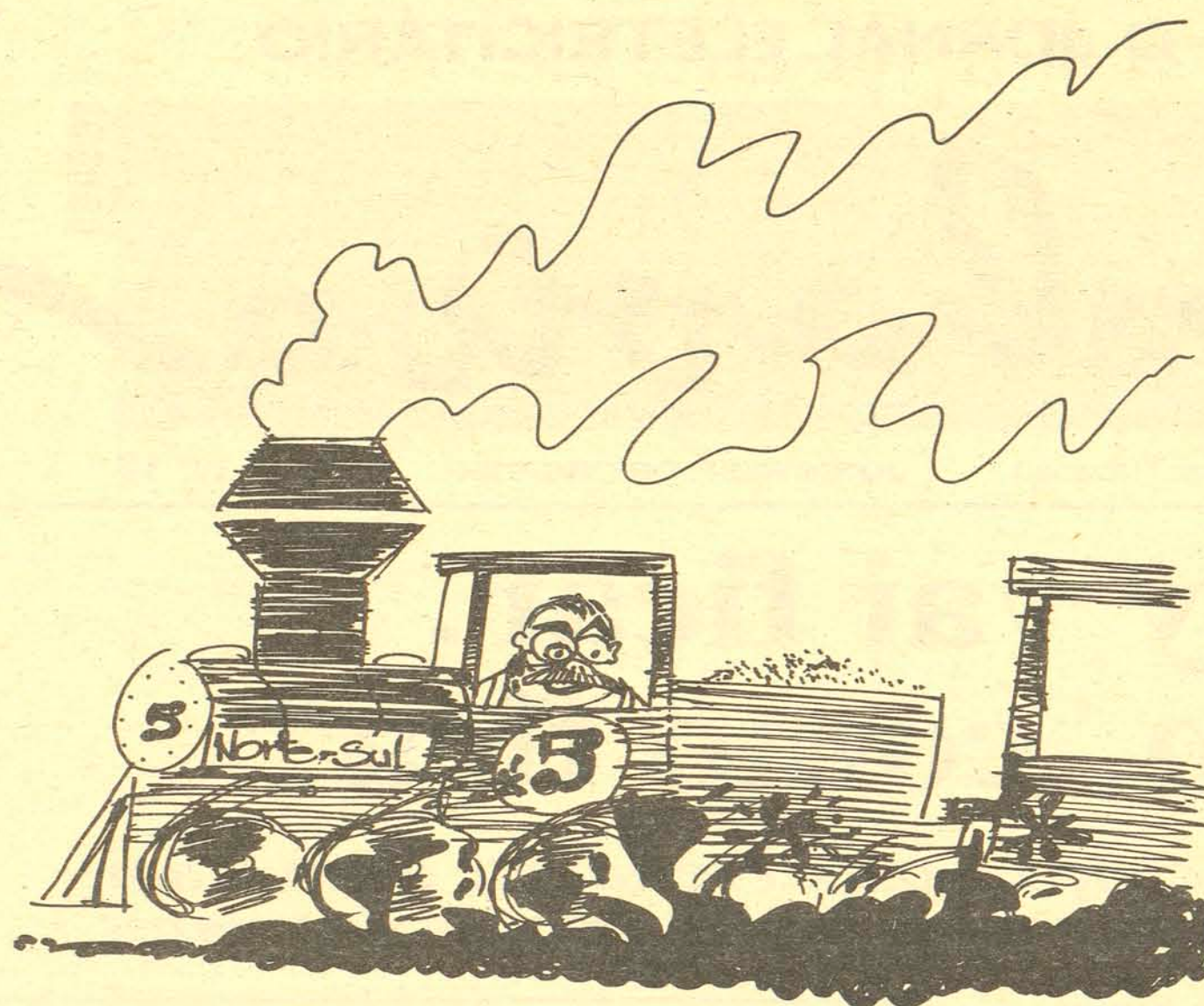
DE VOLTA AO COMEÇO

Empurrada para mais longe do que estava durante o regime militar, a democratização da Comunicação só tem uma saída: envolver em sua luta não apenas os jornalistas e trabalhadores do setor de Comunicações (por onde foram centralizadas as principais propostas para a Constituinte), mas as diversas categorias sociais.

Por isso, a luta pela democratização da comunicação deve estar ao lado de bandeiras tão importantes como a estabilidade no emprego. Do contrário, a cooptação ideológica via meios de comunicação tende a aumentar e os próprios meios servirem de suporte, mais que hoje, à legalização e legitimação da dominação, à violência contra os trabalhadores, à alienação do cotidiano.

Agora, que a Federação Nacional dos Jornalistas e a Frente Nacional de Luta por Políticas Democráticas de Comunicação reiniciam uma mobilização que inclui o fim do monopólio no rádio e televisão, os trabalhadores em geral, através de suas organizações, podem e devem unir-se na tarefa. Afinal, um dos pontos centrais é exatamente a criação de um Conselho que, representativo socialmente, não destine emissoras de rádio e tevê somente para quem já é proprietário ou que está do lado do Capital, mas também para quem, no dia-a-dia, vai construindo a História e se auto-construindo em seu interior, os homens em seu processo de produção.

*Por Francisco José Kara, jornalista.



ÓI LÁ
UM TREMZIM
PRESO
NUM MAR
DE
LAMA!



RANK

Sindicato entrará com quarta ação pela URP

O Sindicato, através de sua Assessoria Jurídica, já ingressou com três ações na Justiça reivindicando o pagamento da URP de abril e maio aos empregados da ELETROSUL. As duas últimas ações foram feitas para garantir o pagamento a empregados que ainda não eram sindicalizados e que ficaram excluídos do direito.

No dia 24 de junho, será ajuizada mais uma ação, a última que será feita sobre a questão da URP. Para tanto, quem não for sindicalizado e desejar participar do processo deverá entregar a sua ficha de sindicalização até o dia anterior (23 de junho), às 18 horas.

SINDICALIZAÇÃO

Após ter sido concedida a primeira liminar determinando o pagamento da URP, foram feitas

cerca de 400 novas sindicalizações na base ELETROSUL, o que corresponde a aproximadamente 10% do número total de sindicalizados em toda a base (ELETROSUL/CELESC).

Como trata-se de uma ação inominada, o Sindicato só pode representar os seus sindicalizados, inclusive o Juiz está solicitando cópia das fichas de sindicalização dos envolvidos nos processos.

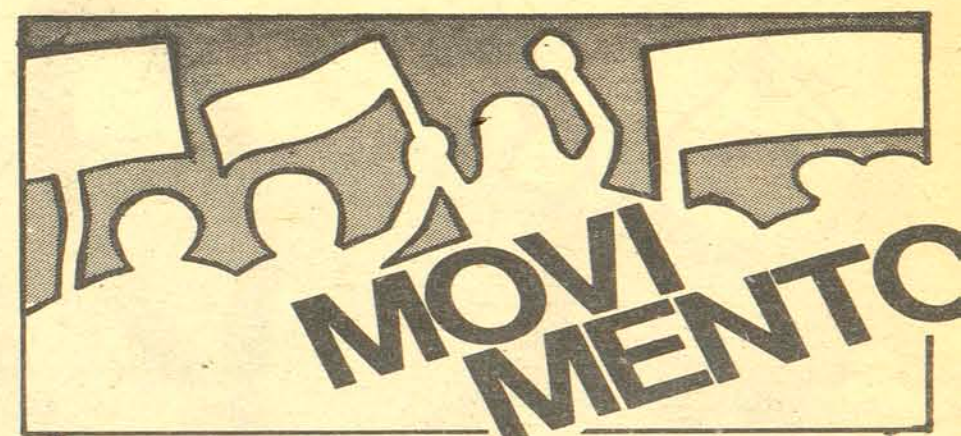
No contrato que o Sindicato estabelece com seus advogados, está previsto que o sindicalizado só será incluído em ações deste tipo depois de 90 dias de sua filiação. No presente caso houve uma tolerância que não se repetirá. Para os não sindicalizados, os advogados poderão impetrar a ação mediante pagamento de honorários.

ELETROSUL responde itens da Carta Compromisso

O Diretor Administrativo da ELETROSUL enviou dia 28/05 telex ao Sindicato informando o resultado dos grupos de trabalho referentes à Carta Compromisso do Acordo Coletivo 87/88, que diz respeito a "complementação de benefícios" e reivindicações dos operadores de usinas e subestações.

O conteúdo deste telex será divulgado em boletim extra dirigido à base ELETROSUL, por tratar-se de assunto de interesse que demanda uma abordagem mais detalhada.

A Carta Compromisso definia o dia 30 de maio como prazo para a manifestação da Empresa.



Intervenção na UFSC

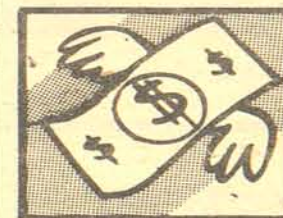
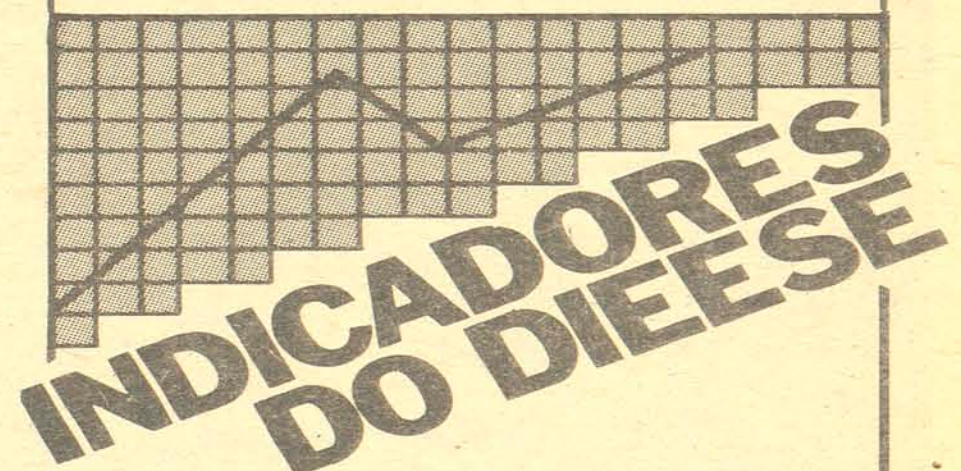
O reitor da UFSC, Bruno Schlemper, decretou intervenção no Departamento de Nutrição dessa Universidade, alegando descumprimento de ordens superiores. Ocorre que o referido Departamento, por ter uma carência de seis professores, não abriu vagas para 46 alunos que requereram matrícula. Os professores do Departamento alegam que fizeram todos os remanejamentos de carga horária possível, e que não poderiam abrir novas turmas sem prejudicar a qualidade do ensino.

Com esta medida, o Sindicato dos Eletricitários de Fpolis foi prejudicado, pois tinha um convênio com o Departamento de Nutrição para assessoria da Comissão de Saúde e Trabalho.

A intervenção está sendo repudiada pela Comunidade Universitária. O interventor é Nelson Grisat.

Paralisação

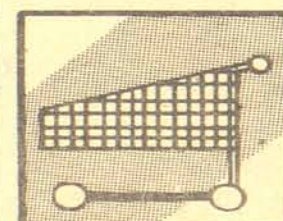
Realizar um dia paralisação ainda este mês. Foi este o indicativo da assembléia unificada entre funcionários e professores estaduais realizada no último sábado. Há alguns meses estas categorias aguardam respostas do governo sobre suas reivindicações. Uma das bandeiras é a reposição das perdas salariais acumuladas nos últimos 12 meses que é de 264%.



1º/04/88 à 30/04/88

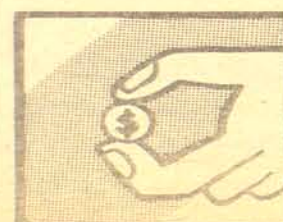
**AUMENTO
DO CUSTO DE
VIDA POR
FAIXA SALARIAL**

1 a 3 Salários - 19,80%
1 a 5 Salários - 19,90%
1 a 30 Salários - 19,88%



**CESTA BÁSICA
DE FLORIANÓPOLIS**

- Cz\$ 4.683,40



**SALÁRIO MÍNIMO
NECESSÁRIO**

- Cz\$ 46.211,34